

A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I: APRECIÇÕES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA BAHIA

Prof^ª PhD. Dra. Débora Araújo Leal ¹

Prof^ª. Ms. Rute Araújo Leal ²

Prof^ª. Ms. Delvanês Araújo Leal ³

Prof. PhD. Dr. Francisco Roberto Diniz Araújo ⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com Deficiência Intelectual numa escola pública da Bahia, propondo um ensino inclusivo. A metodologia utilizada neste estudo foi qualitativa, de enfoque descritivo através da pesquisa de campo. Como possíveis caminhos de apreensão foram observadas as situações nas quais os educandos encontram-se no tocante a inclusão, bem como o respeito a diferença, além do direito assistido a educação, de acordo com as principais leis que regem o país. Sabe-se que a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais e com deficiência constitui um grande desafio para a escola contemporânea, pois ela precisa atuar a partir de um novo recorte que promova a inclusão e permanência de todos (as). Entretanto, tal ação não pode ocorrer de qualquer maneira, sendo direcionada a uma mudança de organização física e pedagógica. Como resultado observa-se que os professores em sua maioria relataram, que, trabalhar com o sistema de companheirismo em dupla ou pequenos grupos, tem dado certo, apesar de na escola não haver um currículo adaptado para os educandos com deficiência intelectual. De acordo com a Constituição Cidadã e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação os educandos com deficiência devem ter garantido seus direitos de acesso e permanência na escola pública gratuita e de qualidade, propiciando assim, a inclusão.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem; Deficiência Intelectual, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propôs analisar o processo de ensino- aprendizagem dos educandos com Deficiência Intelectual (DI) no Ensino Fundamental I, numa escola pública da Bahia, traçou-se as principais dificuldades dos docentes e discentes nesse processo, além de analisar como ocorre a formação docente na perspectiva da inclusão, a metodologia utilizada foi a

¹ Pós Doutora em Educação pelo IUNIR-AR; Reitora da Educaler University – USA; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino em Feira de Santana – BA, deboraleal2502@gmail.com;

² Mestra em Ciências da Educação pela Christian Business School– USA; Professora da Rede Municipal de Ensino de Santo Estevão – BA, rutearaujoleal@gmail.com;

³ Mestra em Ciências da Educação pela Christian Business School– USA; Professora da Rede Municipal de Ensino de Santo Estevão – BA, delvanesleal5@gmail.com;

⁴ Pós Doutor em Psicologia pela UFLO – AR; Professor e Pesquisador da UFLO – AR, Professor da Rede Municipal de Ensino de São Bento – PB, robertodinizaemd@hotmail.com.

qualitativa com pesquisa de campo, traçou-se um diálogo com os (as) teóricos (as) Beyer (2016), Mantoan (2016), Pimentel (2012), Figueiredo (2012), além dos dispositivos legais.

Sabe-se que a Educação Especial tem passado por uma série de transformações, uma vez que se observa que todo cidadão o direito a educação, estabelecido pela própria Constituição Federal Brasileira. Nesse patamar, urge-se garantir aos educandos com necessidades especiais, o acesso e permanência nas escolas regulares de ensino, de modo que lhes sejam garantidos também a integração no meio social, que ocasionará a conquista da autonomia.

Sendo assim, procura-se, por meio de investigações, atentar se o processo de inclusão de educandos com deficiência intelectual em escolas de ensino comum ocorre de maneira positiva. Nesse patamar, Silva (2018) discorre em seus estudos sobre preconceito e educação inclusiva que as diversas considerações explícitas revelam uma sociedade extremamente dividida, a respeito da proposta de inclusão baseada na harmonia da diversidade, sem ao menos considerar a essência da individualidade, tendo uma visão da escola como unidade de transformação social.

Para Silva (2018) a proposta da inclusão escolar busca garantir a todos os educandos com ou sem deficiência, oportunidade de escolarização como direito humano e social. Dessa forma tem sido possível o diálogo nas escolas a respeito da convivência dos educandos especiais (deficiência intelectual) nas escolas regulares, sendo também a inclusão um instrumento questionador dos preconceitos. Observando tais propostas:

A própria Carta Magna (1988) norteia uma série de parâmetros relacionados à pessoa com necessidades especiais. O exemplo disso, no Artigo 208, inciso III expõe e prevê o Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Já no Artigo 227, inciso II, solicita a criação de programas de prevenção, atendimento especializado e integração social para pessoas portadoras de deficiência, objetivando a eliminação de todo e qualquer tipo de preconceito direcionado a esses sujeitos.

Em suma, este estudo busca considerar questões de vulnerabilidade no processo inclusivo: o descompasso entre o surgimento dessa política e a formalização dela no âmbito da política nacional para os educandos com deficiência intelectual (para educandos com necessidades educacionais especiais). É notório que as escolas continuam em situações “utópicas” diante da realidade acerca do processo ensino e aprendizagem desses educandos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi qualitativa, de enfoque descritivo através da pesquisa de campo. Os dados pertinentes da investigação foram direcionados para o processo ensino aprendizagem dos educandos com a deficiência intelectual. Segundo Figueiredo (2012), a oportunidade de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual quando interagem os seja, estão junto a outros educandos sem deficiência. Ele visa mostrar como ocorre o ensino da rede regular para os educandos da DI, se há ou não aprendizagem.

A partir daí, foram adotados os questionários como instrumento de coleta de dados que possibilitaram a feitura de uma análise de trabalho docente para com os educandos com DI (deficiência intelectual) de uma escola pública do Ensino Fundamental I ; sendo a referida escola da zona urbana, com o objetivo de levantar dados sobre o tema pesquisado.

Primeiramente, foram selecionados os educandos com DI (deficiência intelectual) que faziam Atendimento Educacional Especializado em uma escola especial e que estudava na escola regular. São cerca de 7 educandos entre 08 e 25 anos de idade, oriundos da escola localizada na cidade. Essa escolha foi realizada a partir de dados coletados na escola especial do próprio município, onde foram mostradas pela direção, fichas com o parecer psicológicos dos educandos com DI (deficiência intelectual).

Posteriormente foi feita uma visita no estabelecimento de ensino para que fosse feito o reconhecimento do espaço e dos professores que lecionam para esses educandos. Observou-se como eles ensinavam e se tinham alguma mediação diferenciada com esses educandos. No entanto, foi também deixado um questionário para eles responderem, a fim de coletar informações que diziam respeito ao ensino e aprendizagem, a partir de alguns pontos relevantes: observando e analisando ensino dos educandos com DI; A inclusão dos educandos especiais; A escola regular e a parceria com o Atendimento Educacional Especializado.

Tais pontos se tornam o foco da pesquisa a partir do que foi analisado por teóricos (as) como: Mantoan (2016), Figueiredo (Bayer (2016), Pimentel (2012), que possibilitou observar as maneiras pelas quais ocorre o ensino e aprendizagem dos educandos especiais na perspectiva inclusiva no âmbito educacional. No que diz respeito ao ensino e aprendizagem (Gomes e Figueiredo, 2013) discorre que o processo de aprendizagem do aluno com síndrome de Down que tem DI em que as formas de interação, os aspectos relacionados interferem significativamente na evolução desses educandos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para muitos educadores, a diferença entre discentes com deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem não está muito clara. Entende-se que os educandos de um modo geral, com deficiência intelectual possuem dificuldades específicas de aprendizagem, porém a afirmação de que os educandos que têm dificuldades em aprendizagem possuem deficiência intelectual é errônea.

Autores como Mantoan (2016), Pimentel (2012), consideram que temos muitos desafios com relação à educação como direito de todos, cada um ao seu modo, uma vez que a educação inclusiva é uma proposta acolhedora, em suas singularidades e diferenças, que o processo de aprendizagem deve ser igualitário para todos, se assim não o for o investimento em uma melhor qualidade do ensino, não se torna uma ação pedagógica, mas concisa e coerente com os princípios inclusivos.

Mantoan (2016), enfatiza que as escolas, em sua maioria, estão distantes de se tornarem um ambiente inclusivo. O que ocorre em geral é que esses ambientes desenvolvem projetos que visam à inclusão parcial, ou seja: os mesmos consistem em atender aos educandos, sem espaços praticamente segregados (classes especiais, escolas especiais), sendo que algumas escolas que matriculam esses educandos não estão atendendo adequadamente em classes regulares, alegando despreparos de seus professores; outras instituições de ensino estão recebendo os educandos especiais na escola regular; mas não estão qualificando os professores.

Fazer valer o direito a educação para todos como discorre Mantoan (2016), não se limita ao que está na lei e aplacá-la. O tema em questão merece um entendimento mais profundo da questão da justiça; dessa forma a escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascer iguais. Segundo Bobbio (1997), a igualdade natural não tem um significado único, Igualdade entre quem? Igualdade em que? É necessário que se considerem as questões. Portanto, precisa se considerar, para não entendermos que todas as pessoas sejam iguais em tudo.

Honora (2007), discorre que no conjunto de pessoas com deficiência intelectual, existem quatro áreas em que essa pessoa com deficiência intelectual pode apresentar diferenças entre si: Área motora: alguns educandos com deficiência intelectual podem não apresentar diferenças significativas em relação às pessoas ditas “normais”, podendo apresentar alterações na motricidade fina. Com relação aos casos mais severos, percebem-se incapacidades motoras mais acentuadas, destacando: dificuldade de coordenação e manipulação em alguns casos começam a andar mais tardiamente.

Área cognitiva: alguns estudantes com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades no processo de aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção na capacidade de memorização e resolução de problemas na generalização. Alguns desses educandos podem atingir os mesmos objetivos escolares que os estudantes sem deficiência, no entanto. Em alguns casos, com um ritmo mais lento.

Área de comunicação: algumas crianças com deficiência intelectual têm dificuldade de comunicação, acarretando maior dificuldade em suas relações e a área socioeducacional: alguns educandos com deficiência intelectual, ou seja, em alguns casos ocorreu uma discrepância, entre a idade mental e a idade cronológica, porém a melhor forma de promover a interação desses educandos com o meio social é colocando os educandos em contato com seus pares da mesma idade cronológica, para participar das mesmas atividades, aprendendo valores, comportamentos atitudes apropriadas da sua faixa etária. Ressalta-se que o fato de o aluno ser inserido numa turma que tenha sua idade mental; em vez de contribuir para o desenvolvimento dele, o infantiliza e dificulta seu desenvolvimento psicossocial.

A escola, na percepção inclusiva em que seu corpo docente não elabora com autonomia o seu projeto político pedagógico, para diagnosticar a demanda, a exemplo de questionamentos a exemplo de quem é esse aluno; quais as dificuldades enfrentadas pelo mesmo; porque alguns evadiriam do espaço escolar, quais recursos metodológico e pedagógico são utilizados que a escola disponibiliza, além dos recursos humanos, materiais e financeiros. Essa temática implica em um estudo do planejamento de trabalho envolvendo todo o corpo escolar, pais e comunidade, tendo objetivos e metas definidas para o plano de ação da escola, de acordo com o perfil de cada aluno especial que frequenta a mesma.

A parceria entre o Atendimento Especial e a escola regular, como enfatizam Pimentel (2012), Mantoan (2016), dentre outros autores que tem um vasto material de estudos sobre o processo inclusivo, relatam que não só os educandos especiais, mas também os normais são excluídos nas escolas comuns, e que todos os educandos devem estar inseridos nas mesmas.

Sendo que, segundo a LDB, o Ensino Fundamental é obrigatório para todos os educandos, entretanto, há até bem pouco tempo atrás, muitos pais, educadores e outras pessoas da sociedade ignoravam várias ações em consonância com a necessidade pelas quais educandos, professores e nesse sentido, a acessibilidade tornava-se mais difícil ainda de ocorrer. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996), afirma que o ensino especial é uma modalidade, e como tal deve perpassar o ensino comum em todos os níveis – de Escola Básica ao Ensino Superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual constitui o tema central da investigação. Quando se busca compreender o que interfere positivamente ou negativamente na aprendizagem escolar dos educandos estudados. A construção de análise deu-se na confluência mais geral com o trabalho de autores como: Pimentel (2012) Figueiredo (2012) Bayer (2016) que abordam mediante pesquisas empíricas, importantes e de memória inovadora, a mesma problemática.

Vale ressaltar que foram utilizados alguns indicadores que nortearam a pesquisa tais como: formação de professor, perspectiva da educação inclusiva Atendimento Educacional Especializado e Avaliação dos alunos com deficiência intelectual. As respostas dos (as) entrevistados (as) foram analisadas na perspectiva de uma reflexão entre suas semelhanças e diferenças com os indicadores citados acima. E a partir daí se pôde detectar a “real” informação que os professores passaram.

A LDB (1996) prevê que os professores com especialização adequada e nível médio ou superior, para atendimento especializado, e como professores do ensino regular, capacitadas para a inclusão desses educandos nas classes comuns. (art.58, III). Sobre esta orientação, Imbernón (2011) afirma,

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (IMBERNÓN, 2011 p. 48).

Para Beyer (2016), encontra-se frente a mudanças que tange às diversas propostas no âmbito educacional, educar é confrontar com essa diversidade, o educador que anda junto a seus educandos conhece muito bem as adversidades. Dessa forma todos os professores entrevistados s estão em consonância com o autor pois concordam com as diversas propostas educacional e que para trabalhar com as mudanças é necessário a formação.

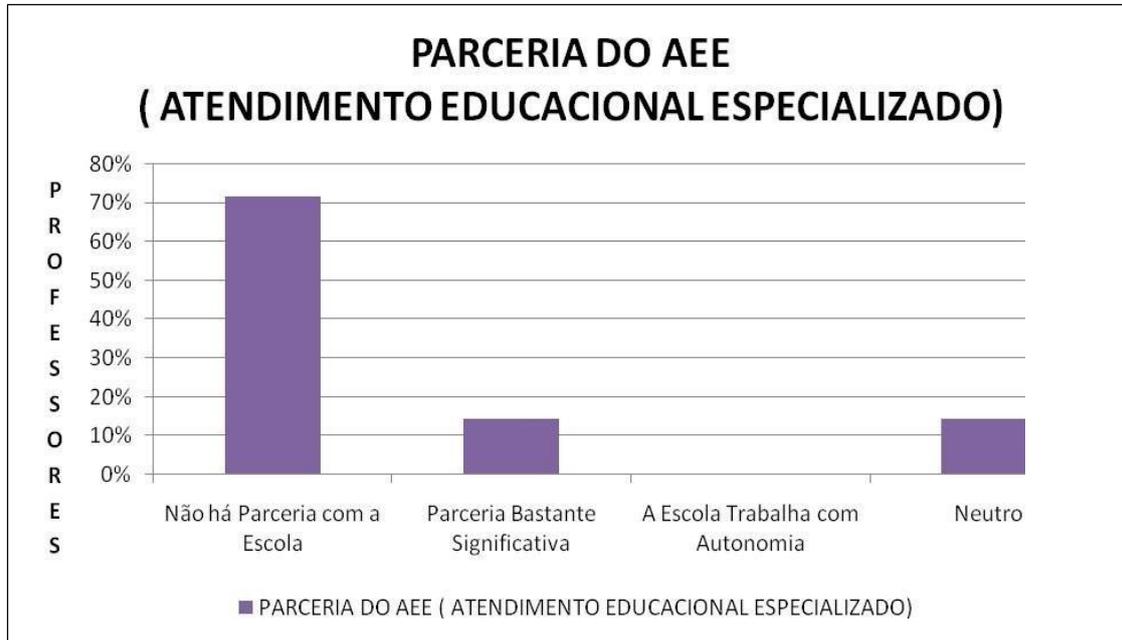
GRÁFICO 1 – A relevância da formação do professor



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O gráfico acima diz respeito às especificidades relativas ao processo ensino aprendizagem primeira questão foi: Os professores de escola regular só poderão aceitar em suas salas de aulas educandos com deficiência intelectual, entre outros casos, se tiverem uma formação anterior, em que aprendam os conhecimentos relativos a Educação Especial. Sendo assim, cerca de 5(cinco) professores responderam que a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino.

Esses professores comungam da explicação de Mantoan (2016), pois ele relata que a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino, buscando a qualidade do ensino, para que o professor possa implantar novas metodologias de ensino. Entretanto, 2 (dois) professores discordaram da concepção dita pela autora citada; ressaltaram que a formação do professor deve ser continuada e a responsabilidade da formação deve ser do professor.

GRÁFICO 2 – A parceria do AEE

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dispositivo da Educação Especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos educandos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

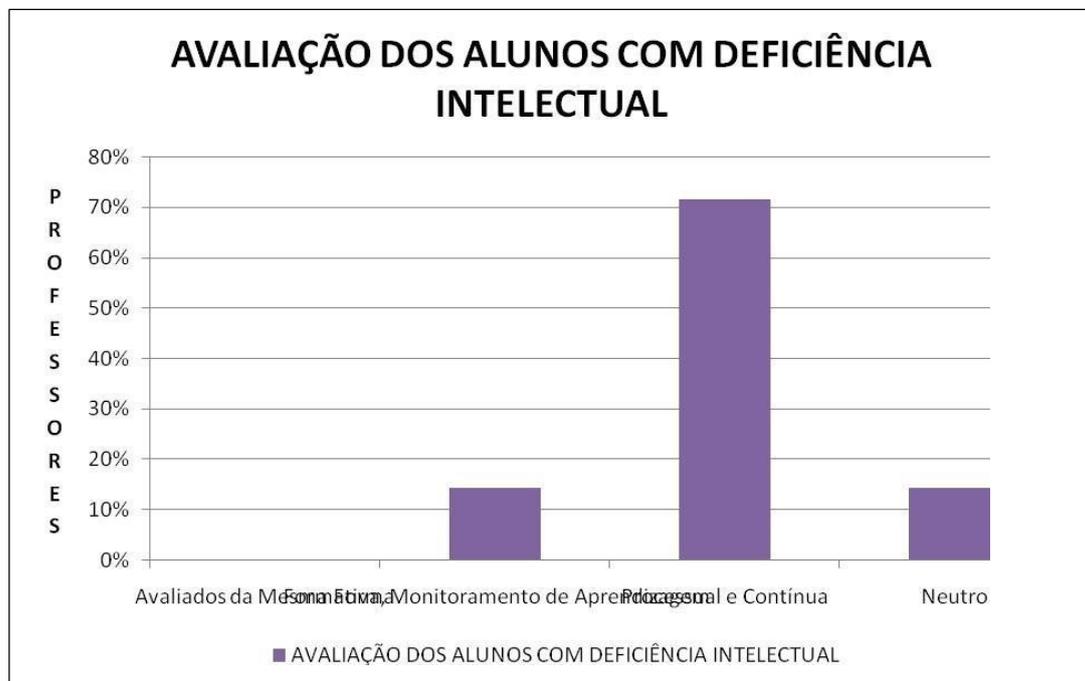
Baseado nas explicações do Ministério de Educação e Cultura se fez esse questionamento: O trabalho do professor de AEE (Atendimento Educacional Especializado) ou escola especial é de promover situações em que o aluno saia de uma posição passiva para uma postura dinâmica, existe uma parceria entre o AEE e a escola regular? Dos participantes 05 (cinco) professores responderam que não há nenhuma parceria entre a escola regular e a escola especial (ou atendimento educacional especializado), no entanto, 01(um) professor responder que existe uma parceria bastante significativa entre o AEE e a escola; e 01(um) professor não quis opinar.

Segundo os professores entrevistados na pesquisa, 6 (seis), relataram que não existe parceria entre a escola regular do município e a escola especial, ou seja, o atendimento educacional especializado que é feito no âmbito da escola especial, sendo que um a resposta de um professor difere dos demais porque o mesmo relatou que existe uma parceria bastante significativa entre o AEE e a escola.

Mantoan (2016) e Figueiredo (2012) discorrem que a escola ao desenvolver o Atendimento Educacional Especializado devem oferecer todas as oportunidades para que no ambiente educacional em que o acompanhamento é feito, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente.

Com relação à frequência dos educandos especiais no AEE; todos disseram que os educandos precisam está no turno oposto recebendo atendimento especializado, para melhorar o processo ensino aprendizagem, enquanto na questão anterior a maioria relata não existir a parceria entre a escola regular e o AEE, os mesmos acham necessário o acompanhamento desses educandos no turno oposto; ressaltando assim o objetivo do Atendimento Educacional Especializado que é propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe disponibilize condições produzir significado, e mais conhecimento.

GRÁFICO 3 – Avaliação dos alunos com deficiência intelectual



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A Constituição Federal (1988), no art. 205 afirma que a educação é direito de todos. Nessa perspectiva inquietante foi feita essa pergunta: É injusto avaliar o

desempenho de diferentes crianças com os mesmos critérios ou as mesmas medidas. Crianças que são únicas em suas características e aos mesmos tempos diferentes entre si, a avaliação dos alunos especiais ocorre de que forma.

Dos participantes um professor respondeu que ocorre de forma formativa, cujo foco mantém-se ao monitoramento da aprendizagem, cinco professores responderam que ocorre de forma processual e continua visando o aluno está progredindo em sua aprendizagem, e um professor não quis opinar.

Diante das afirmações respondidas pelos entrevistados, percebe-se que acontece uma ausência de um processo de adaptação do currículo às necessidades da criança com deficiência intelectual, isso a deixa excluída, embora inserida numa escola regular. Segundo Pimentel (2012), sendo que o lugar do currículo precisa urgentemente ser (re) pensado em relação às pessoas com deficiência intelectual (mental). Dessa forma, se faz necessário rever esse processo de avaliação erroneamente excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs analisar o processo de ensino- aprendizagem dos educandos com Deficiência Intelectual (DI) no Ensino Fundamental I numa escola pública da Bahia, traçou-se as dificuldades dos docentes e discentes nesse processo, além de analisar a formação docente na perspectiva da inclusão.

Os estudos realizados revelam claramente que 99% dos entrevistados relatam que as escolas em sua maioria não desenvolvem ações que vise à interação social e profissional desse educando, também em sua maioria relataram que a negação dos direitos de aprendizagem dos mesmos ocorre devido ao sistema não ajudar, pois na sala de aula a classe tem mais de 30 educandos e não conseguem dar atenção devida aos estudantes com deficiência intelectual e que muitos casos a Secretaria de Educação não disponibiliza Assistente Pedagógica, apenas o AEE no turno oposto, diferente do que prevê a legislação.

Entretanto, pode ser comprovado, a partir das análises baseadas nas repostas dos entrevistados fundamentadas por estudos dos (as) teóricos (as) Mantoan (2006), Beyer (2006), Pimentel (2012), Figueiredo (2012), que as pessoas com deficiência intelectual apresentam uma trajetória diferenciada em relação às pessoas ditas normais; sendo que os impactos genéticos e socioambientais provocados pela deficiência influenciam consideravelmente no

desenvolvimento neuro cognitivo de tal maneira que a informação pode ser adquirida, representada tratada e transformada de modo diferente em toda a vida dessas pessoas.

Sobre a relação em que a inclusão deixa de fazer sentido os interrogados em sua maioria relataram, trabalhar com o sistema de companheirismo trabalhando em dupla ou pequenos grupos. No entanto, a escola pesquisada não disponibiliza de um currículo adaptado para atender aos educandos com deficiência intelectual.

Para Silva (2018), políticas públicas na escola tem sido pensada para que a escola se torne um espaço inclusivo; no entanto segundo o autor se a escola deve se tornar inclusiva é porque não o tem sido, ainda que nossa sociedade tendo em vista aos preceitos constitucionais nos mostrem uma sociedade justa e igualitária, sem nenhum tipo de discriminação.

De fato, a escola não considera as diferenças entre os estudantes, organizando-se com base na indiferença a essas diferenças. Os autores, citados nessa pesquisa, enfatiza que o aluno com (DI) deficiência intelectual, demonstram potencialidades para avançar na formação do pensamento conceitual, sendo importante a mediação pedagógica, a criação de estratégias que possibilitem a memorização; a capacidade de a de internalizar informações sempre que se fizer necessário.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de educandos com necessidades educacionais especiais**. Editora Mediação 2ª Edição Porto Alegre, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394 de 20 dezembro de 1996**. Disponível em: <http://ww.mec.gov.br>. acesso em: 23 de março de 2024.

FIGUEIREDO, Rita Vieira; GOMES, Adriana Limaverde. **Práticas de leitura no contexto da escola das diferenças**- edições UFC. Fortaleza, 2013.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. O ato pedagógico como possibilidades de prazer, engajamento e significado: possibilidades de inclusão no contexto da exclusão social. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba (PR), v. 6, n. 17, p. 11-20, jan./abr. 2016.

HONORA, M.. **Esclarecendo as Deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2018.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se a mudança e a incerteza.** Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. Ed. São Paulo Cortez, 2011.

PIMENTEL, Susana Couto. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva,** Editora Vozes RJ. 2012.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva, In: **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação a sociedade.** Editora Porto, 2013.